

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Abril de 2026

ATA Nº 1/2026

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude, que decorreu na sede da Junta de Freguesia de Mafamude, sita na Rua Soares dos Reis, nº 1154, 4430-240 Vila Nova de Gaia, presidida por Paulo Sérgio Costa da Silva, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, dando início à Assembleia às 21:15 horas.

Constituíram a mesa da Assembleia de Freguesia para além do Presidente, o Primeiro Secretário da Mesa, Francisco Alberto Carvalho Bom Pereira a Segunda Secretária da Mesa, Ana Daniela Martins de Oliveira.

Estiveram presentes, para além dos mencionados elementos da mesa da Assembleia de Freguesia, que se encontram em representação respetivamente do PPD-PSD, CDS-PP e PPD-PSD, os seguintes deputados / elementos da Assembleia de Freguesia: Por parte do PPD-PSD: Francisco Diogo Cabral Nascimento, António José Areias de Miranda e Joaquim Carlos Oliveira Neves. Por parte do PS: Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, José Carlos de Almeida Morais Soares, Elsa Maria Almeida Pinto e Luís Carlos Salgueiro Soares. Por parte do Chega: Alexandre Miguel Capacho Vila Real e Nelson Guilherme Teixeira Aguiar. Por parte do Livre: David Alexandre Micael Pereira. Por parte da CDU: José Alberto Pereira Mota da Costa.

Do Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes Gustavo Leite Gama, Paulo Alexandre de Almeida Meireles Pinho, António José da Silva Pereira, Maria José da Silva Ferreira, Marta Isabel Santos Silva Videira, Hugo Miguel da Cunha Vieira, e Mariana de Sá Monteiro.

Foram pedidas as substituições, pelos respetivos líderes dos partidos na Assembleia de Freguesia de Veneranda de Lurdes Barbosa Carneiro do PPD- PSD, que justificou a sua falta e foi substituída por Rui Pedro da Silva Trindade do mesmo partido, de António José da Silva Ferreira da IL, que justificou a sua falta e que foi substituído por Luís Filipe Moreira da Cruz Duarte do mesmo partido, de Alexandra Mónica Soares Amaro PS que justificou a sua falta, substituída por David Augusto Freitas Guimarães do mesmo partido, de Paulo Rui Alves de Oliveira Duarte Ferreira do Partido Socialista, que justificou a sua falta e que foi substituído por José Manuel Ferreira do mesmo partido, Daniela Pereira Vieira do PS que justificou a sua falta, substituída por Maria Alexandra Martins do mesmo partido. Conforme o mapa de presenças da assembleia do dia 30/04/2026, que se anexa com a presente ata como anexo 1.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Sérgio Costa da Silva, deu início à Assembleia e procedeu à leitura da ordem de trabalhos constantes na convocatória para esta Assembleia, dando nota da correção dos artigos referentes aos pontos 4.3. e 4.4, passando a ter a seguinte redação o ponto 4.3. Discussão e votação dos Documentos da Prestação de Contas do período de 01/11/2025 a 31/12/2025, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do ponto 4.4. Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sem ter havido oposição dos membros da Assembleia de Freguesia.

1
E PU

Antes de dar início aos trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia fez uma breve referência ao facto da presente Assembleia de Freguesia não ser transmitida em direto e online pelo simples facto do tema fazer parte da proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia de Mafamude que vai ser apresentada, discutida e votada no ponto 4.1. do período da ordem do dia. No entanto, após a consulta dos líderes das forças partidárias entendeu-se por bem que a presente Assembleia fosse gravada para posteriormente ser arquivada na Junta de freguesia de Mafamude e transmitida em diferido. O Presidente da mesa da assembleia solicitou aos membros da Assembleia de freguesia se havia alguma oposição ao proposto, tendo a proposta sido aprovada por todos. Na decorrência desse facto, o Presidente da Assembleia de Freguesia advertiu os elementos do público presentes que quem quiser deslocar-se para usar da palavra no período de intervenção aberto ao público terá de assinar uma declaração ou termo de consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, caso não se oponha à gravação, e transmissão da sua intervenção. Caso manifeste qualquer oposição, a gravação será suspensa durante o período da sua intervenção.

De seguida deu-se início aos trabalhos com os seguintes pontos:

1-Período de Intervenção aberto ao Público;

Houve uma inscrição de Sandra Irene Passos Cardoso que usou da palavra para interpelar o executivo quanto à falta de iluminação num troço da Rua Joaquim Nicolau de Almeida, entre a Avenida da República e a Biblioteca e o problema verificado no Fontanário situado na Rua José Rocha que deixou de ter água após uma intervenção na Rua e obras nas imediações. Questionou o executivo sobre qual o motivo destas falhas e se estavam previstas as respetivas regularizações.

Não houve mais inscrições neste período da Assembleia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta para responder.

O Sr. Presidente da Junta começou por assinalar a importância da presente Assembleia por ser a primeira a ser gravada para posteriormente ser transmitida, sendo certo que com a aprovação do regimento nesta Assembleia, as mesmas passarão a ser transmitidas em direto e on-line, o que não mais é do que a concretização de uma promessa eleitoral e de um objetivo do atual executivo. Agradeceu todos os membros da Assembleia de Freguesia por terem abraçado este projeto.

Em resposta às interpelações feitas pela Sr^a Sandra Cardoso afirmou que sinalizou a falta de iluminação na via referida para que seja regularizada a situação. No que toca à questão da falta de água no fontanário, disse que provavelmente tal se devia a um desvio de águas devido às obras existentes num empreendimento perto do local, deixando claro que o executivo irá averiguar a situação.

2-Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia de Freguesia de 29/12/2025;

Dada a extensão da ata da Assembleia de freguesia de 29/12/2025, e ainda pelo facto de já ter sido a mesma enviada há algum tempo aos membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da mesa questionou os mesmos sobre se podia dispensar a leitura deste documento. Nenhum dos membros da Assembleia deduziu oposição a essa proposta, pelo que se dispensou a leitura. Abriu-se o período de discussão do documento não havendo inscrições.

2
A. J. P.

Foi colocada a votação a Ata da Assembleia de Freguesia de 29/12/2025, não sem antes o Presidente da Assembleia ter comunicado que só poderiam participar nesta votação os elementos da Assembleia anterior que aí estiveram no exercício das suas funções. Assim sendo, a Ata mereceu a aprovação dos seguintes membros presentes na respetiva assembleia de 29/12/2025: Por parte do PPD-PSD: Paulo Sérgio Costa da Silva, Ana Daniela Martins de Oliveira, Francisco Diogo Cabral Nascimento, António José Areias de Miranda e Joaquim Carlos Oliveira Neves. Por parte do PS: Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, José Carlos de Almeida Morais Soares, Elsa Maria Almeida Pinto e Luís Carlos Salgueiro Soares. Por parte do Chega: Alexandre Miguel Capacho Vila Real e Nelson Aguiar. Por parte do Livre: David Alexandre Micael Pereira. Por parte da CDU: José Alberto Pereira Mota da Costa. Não houve abstenções ou votos contra.

3- Período Antes da Ordem do Dia;

Foram registadas as seguintes inscrições.

Por parte do PSD, Francisco Nascimento pediu a palavra para apresentar um voto de louvor pela eleição do Dr. Pedro Neves de Sousa para o Conselho Superior do Ministério Público, entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 2. Apresentou ainda o voto de louvor pelos 10 anos da Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 3.

Por parte do Partido Socialista pediu a palavra Luís Soares para apresentar uma interpelação ao Executivo da Junta de Freguesia pela situação em que se encontra o Vilanovense F.C., que enfrenta uma ordem de despejo relativamente ao espaço onde tem as suas instalações desportivas/estádio. Sublinhou que durante a campanha para as eleições autárquicas, o atual Presidente da Câmara manifestou que jamais, enquanto liderasse o Município o clube iria sair do espaço atual. Sabendo-se que o Vilanovense acolhe centenas de atletas e que presta um papel decisivo para a sociedade, perguntou se o Executivo da Junta de Freguesia tinha alguns dados sobre o Processo em causa e que estava a ser realizado para resolver esta questão, nomeadamente, se já tinham sido discutidos locais alternativos para o Estádio do Vilanovense F.C., ou algum espaço de cedência de instalações ao Clube.

Ainda em representação do PS, Jorge Pacheco apresentou uma interpelação ao executivo para exigir um maior empenho, mais ação no mandato em curso. Questionou o executivo para quando vão ser encerrados os vários regulamentos e diplomas que ainda faltam aprovar. Acrescentou a sugestão para a necessidade de haver um maior diálogo entre o executivo e os partidos da oposição, nomeadamente no contexto atual de um executivo sem maioria, por forma a poderem ser ultrapassadas essas circunstâncias na resolução dos problemas da Freguesia.

Por parte do LIVRE, David Pereira apresentou duas moções. A primeira relativa à dignificação das paragens de autocarros, com o título "Paragens de Autocarros Dignas" e a segunda relativa à contratação pública com critérios ambientais, ambas apresentadas com suporte físico, que se dão aqui por integralmente reproduzidas para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexos 4 e 5.

3
E PJ #

Por parte da CDU, José Alberto da Costa apresentou a moção intitulada: “ Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS “, que foi apresentada em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 6.

Por parte do CDS-PP, Francisco Bom Pereira apresentou um voto de pesar pelo falecimento de António Manuel de Oliveira Rebelo, entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 7.

Por parte do PS, José Carlos Soares pediu a palavra que lhe foi concedida para uma interpelação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia quanto ao projeto da estação do TGV que se situará em Mafamude, envolvendo a enorme requalificação da área envolvente à estação, solicitando a posição do Sr. Presidente da Junta sobre a questão.

Por parte do CHEGA, Nélson Aguiar pediu a palavra para apresentar uma moção para ser criado um percurso pedonal em Mafamude, entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 8.

Por parte do CHEGA Alexandre Vila Real apresentou a moção para a reabilitação do sintético da Escola Joaquim Nicolau de Almeida em Mafamude e ainda apresentou outra moção para um Programa de apoio ao Medicamento, ambas entregues em suporte de papel, que se dão aqui por integralmente reproduzidas para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 9 e 10.

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta para responder. Referiu relativamente à interpelação apresentada por Luís Soares em representação do PS, quanto ao assunto Vilanovense F.C., que na altura da campanha eleitoral e aquando das duas visitas ao Vilanovense, verificou-se posteriormente que não se possuía toda a informação necessária. O que acontece é que o Clube utiliza há anos um espaço/estádio em regime de aluguer/arrendamento que era pago pela Câmara Municipal, sendo esse um problema do conhecimento de todos mas que foi sucessivamente adiado. Aliás, existe há algum tempo na Gaiurb um projeto para a construção de um empreendimento habitacional nesse espaço, este facto também era do conhecimento dos responsáveis políticos do anterior mandato. Apesar disso, o clube não irá fechar as portas, estão a ser tomadas diligências para resolver o problema. Pessoalmente já reuniu com o Presidente do Clube e com o Vereador da tutela. Transmitiu que o que está definido é que o Clube não irá iniciar a próxima época no local em causa, estando proposto que ocupe as instalações do Parque da Lavandeira. A Junta de Freguesia irá continuar a mover o seu poder de influência para a resolução desta situação, nomeadamente com a questão da área da formação do clube, estando sempre ao lado do clube para solucionar as mais diversas questões como foi o caso da que surgiu com a necessidade de acondicionar algum do seu património desportivo e até a ajuda e colaboração para a realização do Torneio de Páscoa.

Relativamente à interpelação do elemento do PS Jorge Pacheco, manifestou alguma surpresa pelo conteúdo das suas palavras pelo facto de ter existido desde a tomada de posse ação do executivo na Freguesia, nomeadamente com a implementação da transmissão das Assembleias de freguesia, investimentos feitos no espaço da Junta de freguesia, no que toca à melhoria da iluminação, no sistema de intrusão e alarme e de incêndio, na execução de obras de manutenção do espaço que como se sabe está com problemas sérios de conservação que terão de ser resolvidos, para além do edifício sede da Junta o edifício Diogo Cão também necessita

4
PS 11 14

de uma intervenção. O percurso pedonal proposto pelo CHEGA é uma ideia que foi discutida e que será implementada. Realçou ainda a obra do espaço sanitário no cemitério que foi executado pelo atual executivo da Junta em poucos meses. O esforço e dedicação na recuperação e manutenção dos espaços verdes. Os investimentos efetuados em equipamentos para a Junta e a atribuição do nome da Rua Belmiro Francisco da Rocha Pereira Beirão são outros dos exemplos da ação da Junta. Mas para além disso, o programa Gaialimpa onde a Junta aloca um funcionário da freguesia para a ajuda na remoção de monos, o protocolo interno da Junta que implementou uma forma nova de sinalização dos problemas dos fregueses, para a sua rápida resolução. Quanto à mudança de imagem do logotipo da Junta referiu que verificaram que o Brasão da Junta não estava devidamente legalizado, tendo sido regularizada essa situação. Reafirmou que o executivo tem comunicado com os partidos da oposição para partilhar os diversos assuntos e obter consensos. Ainda comunicou que o orçamento participativo está em consulta pública até a Junho.

Relativamente às moções apresentadas pelo LIVRE assegurou que serão tidas em conta para efeitos de contratação pública da Junta critérios de sustentação ambiental. Acrescentou ainda que foi feito o levantamento das paragens de autocarros no espaço da Freguesia.

Afirmou ainda que estavam a ser mapeadas as ruínas e prédios degradados. A recolha de lixo porta a porta já estava a ser implementada através do programa GaiaLimpa.

Quanto à edificação da estação do TGV em Mafamude, referiu que a Junta de Freguesia tem o dever de ouvir todos os cidadãos, sejam moradores, sejam comerciantes. Muitos destes manifestaram desagrado na escolha do local para a estação do TGV, devido às limitações e condicionamentos que durante anos irão verificar-se.

Sugeriu que a moção apresentada pelo CHEGA sobre a reabilitação do sintético da Escola Joaquim Nicolau de Almeida fosse retirada tendo em conta que a empreitada da renovação do Polidesportivo Vítor Baía já está em fase de adjudicação.

Tomou ainda a palavra o elemento do executivo da Junta, Hugo Vieira para salientar que o executivo tem realizado trabalho que não é visto, mas que tem de ser feito, como a definição de percursos de evacuação no edifício da junta, a reativação de centrais de incêndios, a colocação em funcionamento de centrais de alarmes nos prédios da junta e a reparação de máquinas, entre outros.

Foi aberto o período de discussão, com as seguintes intervenções:

Pediu a palavra Alexandre Vila Real para interpelar a mesa quanto às chamadas de atenção do Presidente da mesa relativo aos tempos e à pressão exercida para que os intervenientes da Assembleia fossem breves na utilização da palavra e ainda quanto a reafirmar a necessidade de intervir no sintético referido, acrescentando que o jardim junto à Igreja Paroquial encontra-se num estado lamentável a necessitar de ser concluído.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia tomou a palavra para responder ao comentário dirigido à mesa feita pelo representante do CHEGA Alexandre Vila Real, repondo a correção dos factos ao afirmar que não pressionou ninguém no uso da palavra, não cortou a palavra nem restringiu o uso da palavra a ninguém nesta ou em qualquer Assembleia anterior, ao contrário do que se verificou no passado e na presença do membro do referido partido. Recordou ao elemento do Chega que o Regimento da Assembleia de freguesia prevê tempos para todos os períodos previsto nas Assembleias, e que o tempo previsto para este período já

5
PCC

foi excedido, e nesse sentido compete ao Presidente da Assembleia, no uso das suas competências, zelar pelo bom funcionamento da Assembleia, e entre outros gerir os tempos, e é precisamente essa competência que coloca em prática quando alerta os intervenientes na Assembleia para a necessidade de objetividade e concisão no uso da palavra.

Jorge Pacheco do PS pediu a palavra para afirmar que ficou confirmado que o executivo tem agido mais numa lógica de dia a dia do que numa lógica de governar com ambição. Sublinhou que o anterior executivo fez obras de relevo na Junta, no edificado da Junta e no cemitério de Mafamude. Reafirmou que é necessário um maior diálogo com os partidos da oposição e que o existente no âmbito do estatuto do direito da oposição não é suficiente e reafirmou que tinha interpelado o executivo relativo à necessidade da discussão e aprovação dos regulamentos e não da imagem da Freguesia.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder. No uso da palavra informou os presentes que o parque junto à Igreja Paroquial de Mafamude é um assunto que está a ser resolvido entre a Paróquia e a Câmara. Respondendo ao elemento do PS Jorge Pacheco, salientou que deu números e factos para justificar a ação realizada pelo atual executivo. Confirmou que o anterior executivo também fez obra no património da Junta, no entanto, faltou a conservação dessa obra uma vez que alguma dela encontra-se num estado bastante degradado gerando um problema que terá de ser resolvido. Venceu ainda que a Junta, em articulação com a Câmara, irá ter nos próximos tempos algumas iniciativas de destaque.

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos por 5 minutos para que os grupos partidários pudessem conferenciar. De seguida abriu de novo a sessão da Assembleia para a votação das moções apresentadas.

O Voto de louvor pela eleição do Dr. Pedro Neves de Sousa para o Conselho Superior do Ministério Público, foi aprovado, com uma abstenção do CDU e os votos a favor dos restantes elementos da Assembleia.

O voto de louvor pelos 10 anos da Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, foi aprovado com votos contra dos dois elementos do Chega, uma abstenção da CDU e os votos a favor dos restantes elementos. Declaração de voto do PS apresentado por Jorge Pacheco, que defendeu que o seu partido votou institucionalmente a favor deste voto de louvor e enalteceu a qualidade do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República, tendo como comparação o do seu antecessor, pese embora o facto de ficar para a história como o Presidente que mais utilizou o instrumento da dissolução algo que não foi do agrado do PS.

A Moção relativa à dignificação das paragens de autocarros apresentada pelo Livre foi aprovada por unanimidade. Com uma declaração de voto do PSD apresentada pelo Francisco Nascimento que reafirmou a importância da resolução deste problema nas várias vertentes e que o executivo já tomou atitudes para a sua resolução e outra apresentada por José Alberto da Costa pela CDU que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 11.

A Moção relativa contratação pública com critérios ambientais apresentada pelo LIVRE, foi aprovada com duas abstenções dos elementos do Chega e os votos a favor dos restantes elementos. Declaração de voto de PSD apresentada por Francisco Nascimento que elogiou a moção referindo que vertente ambiental tem de ser uma marca na intervenção de qualquer entidade em defesa do nosso futuro.

6
D 011
H

A Moção da defesa dos serviços públicos o SNS apresentada pela CDU foi chumbada com os votos contra dos elementos do PSD, CDS-PP, IL, CHEGA, e os votos a favor dos elementos dos restantes partidos. Houve uma declaração de voto do Chega feita por Nelson Aguiar, entende este membro da Assembleia que a moção é algo confusa e que votaram contra devido à necessidade de rever a Constituição sobre esta matéria.

O Voto de pesar apresentado pelo CDS foi aprovado por unanimidade.

A Moção para ser criado um percurso pedonal em Mafamude apresentada pelo CHEGA foi aprovada com duas abstenções do Livre e CDU e o voto a favor dos restantes elementos. Declaração de voto do PSD apresentada por Francisco Nascimento que declarou que esta proposta mereceu o voto favorável do PSD porque enquadra-se na perspetiva de projetos referentes a cidades de futuro e de mobilidade verde que são temas importantes para PSD.

A Moção para a reabilitação do sintético da Escola Joaquim Nicolau de Almeida em Mafamude apresentada pelo Chega, foi aprovada com duas abstenções do Livre e CDU e a aprovação dos restantes elementos, sem declarações de voto.

Ainda a moção para um Programa de apoio ao Medicamento apresentada pelo Chega foi aprovada com as abstenções, dos representantes do Livre, CDU, PSD, CDS, IL, e votos a favor dos restantes partidos. Uma declaração de voto do PSD feito por Francisco Nascimento que afirmou existirem aspetos não definidos nesta moção que impediram o voto a favor. A medida concetualmente é positiva no entanto faltam definir requisitos, critérios e valores associados à atribuição deste apoio. Acresce que a limitação do orçamento de uma junta pode ser um obstáculo para este tipo de programa, sendo no entender do Partido mais coerente que seja praticado pelo Município. Alexandre Vila Real por parte do CHEGA tomou a palavra para expressar que alguns dos critérios teriam de ser definidos pela Junta dando assim esse poder à Junta de Freguesia e que o valor já se encontra estabelecido no documento apresentado.

4- Período da Ordem do Dia;

4.1. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Regimento da Assembleia de Freguesia de Mafamude;

O Presidente da mesa da Assembleia fez a apresentação da Proposta do Regimento acrescentando que o documento resulta do consenso e contribuição de todas as forças partidárias representadas na assembleia. Foi aberto o período de discussão, o representante da CDU José Alberto da Costa pediu a palavra, para comunicar o seu sentido de voto favorável ao diploma, apresentando a declaração de voto, que foi entregue em suporte de papel, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos, fazendo parte da presente ata como anexo 12. Por parte do CHEGA, Nelson Aguiar pediu a palavra para questionar o artigo 6 n1. Alínea c), entendendo que um elemento eleito deveria perder o mandato também quando se torna independente e não apenas quando muda de partido.

O Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra mostrando-se surpreendido pelo facto desta alteração ter apenas sido suscitada agora, quando o documento esteve durante semanas a ser discutido sem que o referido partido tenha apresentado qualquer alteração. Acrescentou que o artigo em causa está em conformidade com os diplomas legais inerentes à matéria. Pediu a palavra Alexandre Vila Real em representação do CHEGA, para propor uma alteração ao Regimento aditando um artigo onde fosse contemplado o direito de petição, por forma a

promover uma maior participação cívica. O Presidente da Assembleia respondeu a esta proposta confirmando que o direito de petição também já se encontra consagrado em lei geral que se aplica às Assembleias, acrescentando que a proposta não foi devidamente formulada, uma vez que deveria ter sido apresentada por escrito, num artigo do regimento. Jorge Pacheco do PS pediu a palavra para referir que o artigo 21 do Regimento já previa a intenção aqui expressa pela proposta de alteração apresentada pelo CHEGA. O Presidente da Assembleia confirmou o exposto pelo elemento do PS e acrescentou que apesar de ter um título diferente, o artigo em causa contempla o direito de petição pelo que se afigura desnecessária a alteração sugerida. Francisco Nascimento do PSD pediu a palavra para salientar a inclusão da transmissão em direto e online das Assembleias, sendo esta freguesia pioneira em Gaia, felicitando todos os membros da Assembleia assim como os membros do executivo pela iniciativa. Aberto o período de votação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes na Assembleia de Freguesia.

4.2. Apreciação do inventário de bens patrimoniais da Junta de Freguesia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentar o documento, que transmitiu que como o documento tinha sido previamente enviado não havendo mais nada a acrescentar quanto ao mesmo.

4.3. Discussão e votação dos Documentos da Prestação de Contas do período de 01/11/2025 a 31/12/2025, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Relativamente à prestação de contas da freguesia o Presidente da Mesa da Assembleia referiu que, segundo o Regime Jurídico das Autarquias Locais compete à junta de freguesia elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da assembleia de freguesia, a quem cabe apenas apreciar e votar os mesmos. A entidade competente para aprovar os documentos de prestação de contas é a junta de freguesia, cabendo apenas à assembleia de freguesia fazer uma apreciação desses documentos, a qual se traduz num mero “ato opinativo que não põe em causa a validade dos referidos documentos uma vez que o ato administrativo foi já praticado pelo órgão executivo, porquanto estes documentos não carecem de ser aprovados pelo órgão deliberativo, mas apenas de serem ‘apreciados’ através do voto, positiva ou negativamente. Portanto, a assembleia de freguesia vota positivamente ou negativamente os documentos de prestação de contas, não os podendo chumbar, reprovar ou inviabilizar.

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para apresentar o documento. Referiu em síntese que existiram algumas correções a fazer, isto porque a realidade que existia era de uma união de freguesias o que dificultou que o executivo tivesse à data da elaboração do orçamento uma ideia mais certa da realidade atual, acresce que surgiram faturas por liquidar sem estarem previstas. Não obstante, o nível de execução do orçamento foi positivo, com destaque para a execução da receita das transferências correntes que foram verificadas praticamente na sua totalidade e a boa concretização dos impostos diretos como o IMI. Em sentido inverso a rubrica das taxas e multas apresentou uma execução inferior ao previsto. Em suma, embora o resultado do período seja negativo, este deve ser contextualizado, isto porque existia um saldo transitado positivo de cerca de cinquenta e oito mil e obrigações assumidas e transitadas de cerca de cinquenta e nove mil euros, ao que se acrescentam as despesas inesperadas que condicionam o exercício. Por outro lado, o saldo de gerência é positivo, com

[Handwritten signature]

mais de trinta e três mil euros, concluiu com o indicação que a gestão tem sido responsável, equilibrada e adequada ao contexto de transição institucional e de início de mandato.

Abriu-se o período de discussão. Tomou a palavra o membro do PS José Carlos Soares para questionar o executivo da Junta, tendo afirmado que o executivo anterior reuniu com o novo depois das eleições e nessa altura foram apresentadas as contas, e foram deixadas verbas suficientes para liquidar as dívidas da freguesia, o que equivale a dizer que o anterior executivo não deixou a Junta numa situação deficitária, porque foi deixado um saldo capaz de fazer face às despesas até ao final do ano financeiro. Quanto à gestão dos primeiros dois meses, aceita-se que por ser um período de início de mandato com algumas incertezas quanto às receitas estar-se-ia sempre perante uma previsão difícil, no entanto, registou-se um défice nos dois primeiros meses do mandato o que vai condicionar o sentido de voto da bancada do PS para uma abstenção.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta, dizendo que após a sua entrada na Junta receberam uma fatura de cerca de nove mil euros respeitantes a veículos em leasing e em mau estado que foi liquidada por este executivo e ainda outra fatura das águas de gaia de cerca de dois mil e quinhentos euros relativa a água que estava permanentemente a correr desde a campanha eleitoral para as autárquicas, no lavadouro da Rua do casal, justificando que estas duas faturas representam despesas imprevistas e que absorvam parte da verba deixada pelo anterior executivo.

Pediu a palavra novamente o elemento do PS José Carlos Soares solicitando a verificação da fatura e reafirmando que não foi deixada qualquer fatura por liquidar das águas de gaia, para além de ter justificado a necessidade na utilização dos veículos automóveis para uma área de intervenção que era à data bem maior pois representava o espaço geográfico da então união de freguesias. Já quanto ao camião danificado, confessou o facto que apresentava uma anomalia quando o entregaram o que se deve ao uso e desgaste, referiu que a junta de Freguesia tentou reparar o veículo sem êxito o que resultou numa penalização pecuniária para a Junta.

Pediu ainda a palavra o representante da CDU José Alberto da Costa para colocar questões ao executivo da junta, nomeadamente para saber se existem trabalhadores em regime precário ao serviço da Junta e se a Junta vai regularizar essa situação. Questionou ainda o executivo relativamente à forma como vai ser utilizado o saldo positivo nas contas da junta.

O Sr Presidente da Junta respondeu à interpelação do elemento da CDU afirmando que a atual Junta manteve os funcionários que vinham do anterior executivo nos mesmos termos, ou seja, alguns em regime de prestação de serviço e tem tido o cuidado de valorizar os funcionários da Junta, podendo de futuro integrar nos quadros da Junta alguns se assim se justificar.

Abriu-se o período de votação, tendo sido votado favoravelmente o documento, com 11 abstenções dos elementos do PS, CHEGA, CDU e LIVRE e 8 votos a favor dos representantes do PSD, CDS, IL.

4.4. Discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia para apresentar o documento. Referiu que já aludiu anteriormente nesta Assembleia a alguns aspectos da revisão orçamental, tendo a acrescentar que houve um aumento do valor relativo ao orçamento participativo que passou

PS CDU PCF
IL

de seis mil euros para dez mil euros, houve ainda um reforço dos programas ocupacionais, que permitiram a integração profissional de novos elementos para colmatar o défice de recursos humanos. Enunciou ainda o investimento em material e vestuário de trabalho para os funcionários da junta e o investimento em equipamento informático em prol da modernização administrativa da Junta, entre outras.

Abriu-se o período de discussão. Tomou a palavra o membro do PS José Carlos Soares, e enalteceu o reforço nos aparelhos informáticos e nos programas ocupacionais. Lamentou que o programa de emergência social da Câmara Municipal que servia para que a Junta pudesse ajudar pessoas em carência económica tenha deixado de existir e lançou um repto para que o executivo reforçasse a verba dirigida a essas pessoas, e que a resposta a este repto condicionará o sentido de votação deste diploma.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu afirmando que a revisão implica opções políticas. Relativamente ao programa referido ele era da autoria da Câmara Municipal que transferia a verba para a Junta e o gabinete de ação social é que usava o dinheiro.

O Sr. tesoureiro da Junta Paulo Pinho tomou a palavra para referir que o valor alocado às Assembleias de freguesia se encontra sobrestimado, devido à realidade anterior que era da união de Freguesias e ao facto de no último ano terem sido condensadas várias Assembleias para pagar.

O representante do PS José Carlos Soares tomou ainda a palavra para reafirmar a sua anterior interpelação e sublinhar a importância de ajudar as pessoas carenciadas. É necessário reajustar o orçamento para reforçar esse item.

O Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou aos membros da Assembleia dado o avançado da hora se algum dos elementos se opunha à prorrogação de tempo para continuarmos a Assembleia, em conformidade com o previsto no Regimento vigente, não tendo havido qualquer voto contra esta proposta.

De seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para reafirmar o cuidado que a Junta tem tido com a ação social, dando como exemplo a oferta de cabazes de emergência, cabazes de Natal, as parcerias que tem celebrado com cadeias de supermercados para providenciar as ajudas aos mais desfavorecidos, e ainda as parcerias com algumas das coletividades da Freguesia para atuar a nível social. Para além disso, referiu que o Programa Municipal Cuida de Si está a ser revisto pela Câmara e mesmo assim a Junta manteve em aberto o apoio ao programa permitindo que as aulas não fossem suspensas. Transmitiu que o Executivo tentará concretizar o projeto de uma Academia Sénior.

Alexandre Vila Real do Chega perguntou ao Presidente do Executivo que a Junta recebeu cerca de vinte e cinco mil euros e que este valor serviria amplamente para colmatar as despesas inesperadas com que a Junta deparou, havendo até um excedente.

José Alberto da Costa da CDU, tomou a palavra para referir que no seu entendimento o atual executivo demonstra uma postura imobilista, não se vislumbrando grandes apostas de futuro na Freguesia e formulou algumas questões perguntando que ações concretas estão refletidas nesta incorporação de saldo vertida no documento em análise ou se este apenas serve para engrossar rubricas genéricas.

Foi dada a palavra ao membro do PS José Carlos Soares para reafirmar que não obteve qualquer resposta ao pedido feito relativamente ao programa de ação social. Solicitou ao

Presidente do Executivo a resposta ao pedido no sentido de fazer um reforço de verba no apoio à ação social e que a eventual resposta influenciara o sentido de voto do partido. Mencionou ainda que orçamento participativo devia de ter uma previsão autónoma e verba própria no documento e não misturá-lo nas atividades culturais.

Francisco Nascimento do PSD tomou a palavra para esclarecer o sentido de voto quanto à proposta do Chega relativo aos medicamentos em virtude do comentário de José Carlos Soares do PS. Ora sublinhou que não disse que o seu partido era contrário à proposta, mas sim que era necessário concretizá-la, aplicar critérios, em suma clarificar o projeto por forma a ter critérios de gestão sólidos.

Respondeu às interpelações o Sr. Presidente da Junta que referiu que a gestão da junta está ligada á Camara Municipal, há determinadas verbas que ainda vão ser apuradas para determinados fins, da mesma forma a ação social de uma Junta também está dependente da Câmara. O executivo municipal tem seis meses e está a reavaliar alguns programas precisamente para prestar um melhor serviço nessas áreas. Apesar desse facto, a Junta continua a atuar no campo da ação social.

O tesoureiro da Junta Paulo Pinho tomou a palavra para responder diretamente a José Carlos Soares do PS esclarecendo que a verba relativa ao orçamento participativo encontrava-se consagrada autonomamente no diploma e ainda clarificou que o documento em análise e para votação era uma revisão do orçamento já aprovado para incorporação do saldo de gerência nele vertido e não um novo orçamento. Reafirmou ainda a sensibilidade social do executivo, sendo certo que a incerteza relativa aos valores a receber e aos programas a desenvolver pelo Município geram alguns impasses nestes primeiros momentos e que será mais seguro aguardar pelo desenvolvimento dos programas municipais para ter uma dotação que será dirigida para esse fim.

Pedi ainda a palavra Alexandre Vila Real do CHEGA que se dirigiu ao Presidente da Junta afirmando que a junta teve o mesmo poder negocial que as outras Juntas tiveram aquando da transferência de verbas da Câmara Municipal para as juntas, relativizando o mérito. Questionou ainda o Presidente da Junta acerca do facto do documento mencionar que os quatro membros originários deste executivo que renunciaram ao mandato como vogais da junta de freguesia não terem recebido os seus vencimentos no mês em que estiveram em funções.

O Sr Presidente da Junta de Freguesia mostrou-se surpreendido pela questão colocada, afirmando que os elementos que renunciaram ao executivo da junta praticamente nem exerceram funções porque abraçaram outros projetos. Acrescentou ainda que esta matéria é do foro interno e de gestão interna, não vendo qualquer interesse na discussão pública da mesma, pelo que lamentou a interpelação feita entendendo que a pertinência e interesse da mesma nada tem a ver com o partido CHEGA.

Alexandre Vila Real do CHEGA reafirmou que a informação em causa sobre o exercício de funções dos elementos que renunciaram ao executivo está contida no documento oficial da Junta de Freguesia e sublinhou que por uma questão de ética e de bom senso deveriam ter sido remunerados tendo estado em funções durante um mês.

O Sr. Presidente da Junta disse que por uma questão de respeito e dignidade não revelará conversas que teve com os próprios e decisões internas da gestão do executivo. Não irá fazer política com assuntos deste teor.

Abriu-se o período de votação do documento que foi aprovado, com os votos contra dos elementos do Chega, 9 votos a favor do PSD, CDS, IL, e Livre e 8 abstenções do PS e CDU.

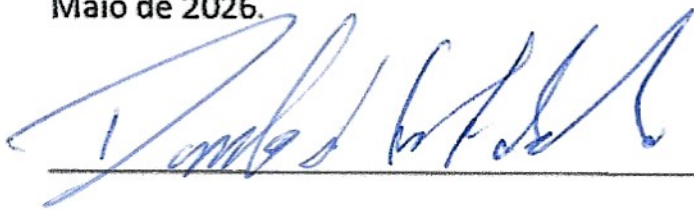
Jorge Pacheco em representação do PS pediu a palavra para uma declaração de voto, justificou o sentido de voto com o facto de não ter obtido resposta ao repto formulado por um elemento da sua bancada relativamente ao reforço da verba para apoios sociais aos mais desfavorecidos e que apela a que o executivo mova as suas influências para que o município reative o programa nesta matéria.

4.5. Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

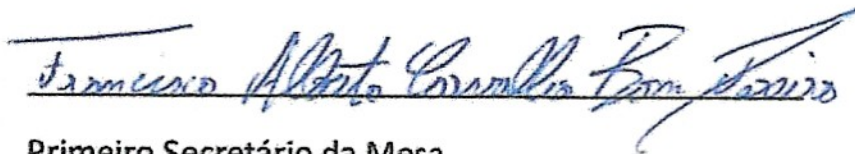
Foi o documento apresentado pelo Presidente da Junta que não se alongou uma vez que muitos dos seus aspetos já tinham sido referidos. Acrescentou que a situação financeira do executivo é sólida, mas que não pode entrar em aventuras financeiras. Os níveis de liquidez são confortáveis, os compromissos estão controlados existindo uma margem financeira estável que permite capacidade na ação. Irá estar atento ao desenvolvimento de um programa de ação social pelo Município para implementá-lo na freguesia, independentemente da junta continuar a desenvolver no campo social uma ação efetiva. Irá reunir com os partidos antes da próxima Assembleia para conciliar ideias. Deu a indicação de várias vias de comunicação da >junta que foram criados para o devido apoio e informação aos fregueses.

Aberta a discussão pediu a palavra Jorge Pacheco por parte do PS que deixou a indicação que no anterior mandato nunca se ouviu do seu executivo que não havia verbas para despesas correntes. O Partido Socialista desafiou o Executivo da Junta de Freguesia a suprir uma necessidade que decorre de uma responsabilidade da Câmara Municipal de Gaia. Foi referido que existem verbas disponíveis para concretizar essa resposta, não existindo, no entendimento do PS, qualquer impedimento financeiro. O que falta, segundo o Partido Socialista, é vontade política por parte do atual Executivo da Junta de Freguesia, cujas opções e prioridades não acompanham aquelas que o PS considera fundamentais para a população.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia fez a leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação, que mereceu a aprovação por unanimidade dos membros presentes nesta Assembleia, referindo que Ata integral irá ser reduzida a escrito e será enviada aos líderes dos partidos representados na Assembleia para ser aprovada na próxima Assembleia. Por fim, declarou encerrada a Assembleia, pelas 1:00 horas, do dia 1 de Maio de 2026.



Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia



Primeiro Secretário da Mesa

12
14

Segunda Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia

Aux. Soc. de Reg. de Obitos.

R 13
H PJ



MAPA DE PRESENÇAS

ASSEMBLEIA DO DIA 30/04/2026

NOME	RÚBRICA
PPD/PSD.CDS-PP.IL	
PAULO SÉRGIO DA COSTA E SILVA - PRESIDENTE	
FRANCISCO ALBERTO CARVALHO BOM PEREIRA - 1º SEC.	Francisco Bom Paulo
ANA DANIELA MARTINS DE OLIVEIRA - 2º SEC.	
VENERANDA DE LURDES BABOSA CARNEIRO substituída pela Pórcia da Silva Vitorino	
ANTONIO JOSE AREIAS DE MIRANDA	
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA FERREIRA substituído por José Filipe Mendes Duarte Pereira	
LUIS FILIPE MOREIRA DA CRUZ DUARTE	
Francisco Duarte Gabriel Maciel Mendes	
JOAQUIM CARLOS OLIVEIRA NEVES	
PS	
ALEXANDRA MÓNICA SOARES AMARO substituída por David Augusto Pereira Gomes	
JORGE MIGUEL ALVES FERREIRA PACHECO	
DANIELA PEREIRA VIEIRA substituída por Helena Augusta Mendes	
PAULO RUI ALVES DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA substituído por José Tenente Pereira	
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA MORAIS SOARES	
ELSA MARIA ALMEIDA PINTO	
LUIS CARLOS SALGUEIRO SOARES	
CHEGA	
ALEXANDRE MIGUEL CAPACHO VILA REAL	
NELSON GUILHERME TEIXEIRA AGUIAR substituído por Carlos Augusto Gomes	
BE+LIVRE	
DAVID ALEXANDRE MICAEL PEREIRA	David P.
CDU - Coligação Democrática Unitária	
JOSÉ ALBERTO PEREIRA MOTA DA COSTA	

NOTA: Sempre que se verificarem novas substituições, devem fazer chegar via email (rosa.leite@mfamafamude) a ficha de registo de dados para efeitos de processamento, pagamento de senhas de presença

Voto de Louvor – Eleição do Dr. Pedro Neves de Sousa para o Conselho Superior do
Ministério Público

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia,

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude,

Exmos. Representantes dos partidos políticos com assento nesta assembleia,

Caríssimo público aqui presente,

Minhas senhoras e meus senhores,

O Partido Social Democrata de Mafamude vem expressar o seu mais sincero e sentido voto de louvor ao Dr. Pedro Neves de Sousa pela sua recente eleição para o Conselho Superior do Ministério Público, órgão de elevada relevância no quadro do Estado de Direito democrático, responsável por assegurar a autonomia, a disciplina e o regular funcionamento do Ministério Público.

Este reconhecimento institucional traduz o apreço inequívoco pelo percurso profissional de excelência, pela reconhecida competência técnica e pelo elevado sentido ético que o Dr. Pedro Neves de Sousa tem demonstrado ao longo da sua carreira. Trata-se de qualidades que não só dignificam o exercício das funções agora assumidas, como também reforçam a confiança dos cidadãos nas instituições da justiça, elemento essencial ao bom funcionamento da democracia.

Natural de Mafamude, freguesia com a qual mantém uma ligação profunda e duradoura, o Dr. Pedro Neves de Sousa constitui um exemplo de dedicação à sua freguesia e à sua comunidade. Ao longo do seu percurso cívico e político, destacou-se pelo exercício de funções como Presidente da Assembleia de Freguesia de Mafamude, cargo que desempenhou com elevado sentido de responsabilidade, espírito de missão e permanente disponibilidade para servir a comunidade.

No plano nacional, exerceu igualmente funções como Deputado à Assembleia da República entre 2024 e 2025, período durante o qual contribuiu para o debate democrático e para a construção de soluções legislativas orientadas pelo interesse público, evidenciando sentido de Estado, rigor e compromisso com os valores fundamentais da democracia.

No desempenho das suas responsabilidades públicas, revelou sempre uma postura de proximidade, diálogo e respeito institucional, contribuindo para o reforço da qualidade da vida democrática, quer

ao nível local, quer ao nível nacional. A sua ação pautou-se pela defesa do interesse público, pela promoção da transparência e pela valorização da participação cívica.

A eleição do Dr. Pedro Neves de Sousa para o Conselho Superior do Ministério Público constitui, assim, não apenas o justo reconhecimento do seu mérito pessoal e profissional, mas também motivo de especial orgulho para a freguesia de Mafamude, que vê um dos seus assumir responsabilidades de grande relevo no plano nacional. Este facto projeta o nome da freguesia e afirma-a como espaço de cidadania ativa, competência e compromisso com o serviço público.

Mais do que um percurso individual de sucesso, este é também um testemunho do valor do envolvimento cívico e da dedicação às causas públicas, servindo de inspiração para as gerações mais jovens e para todos aqueles que acreditam numa sociedade mais justa, mais exigente e mais participativa.

Assim, o Partido Social Democrata de Mafamude apresenta este voto de louvor, manifestando publicamente reconhecimento pelo percurso, pelas qualidades humanas e profissionais e pela eleição de Dr. Pedro Neves de Sousa, formulando votos dos maiores sucessos no desempenho das suas novas e exigentes funções.

Mafamude, 30 de Abril de 2026

PSD de Mafamude

Voto de Louvor - Pelos 10 anos de Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia,

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mafamude,

Exmos. Representantes dos partidos políticos com assento nesta assembleia,

Caríssimo público aqui presente,

Minhas senhoras e meus senhores,

O Partido Social Democrata de Mafamude apresenta hoje um voto de louvor a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, pelo exercício exemplar das suas funções ao longo de dez anos de mandato ao serviço de Portugal.

Durante esta década, a sua Presidência ficou marcada por uma invulgar proximidade aos cidadãos, promovendo uma relação de confiança, empatia e constante presença no terreno. Num contexto em que tantas vezes se assinala o afastamento entre instituições e população, o Presidente soube afirmar-se como uma figura agregadora, acessível e profundamente comprometida com os portugueses.

O seu mandato foi também pautado por um firme respeito pelos princípios constitucionais e pelo regular funcionamento das instituições democráticas. Em momentos de maior exigência, demonstrou sentido de responsabilidade, capacidade de mediação e prudência política, contribuindo para a estabilidade e coesão nacionais.

Destaca-se ainda a sua capacidade de comunicação, clara e pedagógica, que aproximou a Presidência da República dos cidadãos e reforçou a compreensão do funcionamento do sistema democrático. Paralelamente, no plano internacional, representou Portugal com dignidade e prestígio, reforçando relações e projetando uma imagem positiva do país.

Importa igualmente reconhecer a sua sensibilidade social e a atenção constante às questões da solidariedade, inclusão e justiça social, mantendo sempre uma postura próxima dos mais vulneráveis.

Os dez anos de Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa constituem, assim, um exemplo de dedicação ao serviço público, de elevação institucional e de compromisso com Portugal.

Nesse sentido, o Partido Social Democrata de Mafamude apresenta um voto de louvor a Marcelo Rebelo de Sousa, reconhecendo o mérito do seu percurso e agradecendo o seu relevante contributo para o país e para os portugueses.

30 de Abril de 2026

PSD de Mafamude



Junta de Freguesia de Mafamude

MOÇÃO

Paragens de autocarro dignas

Existem várias razões que fomentam o uso dos transportes públicos, nomeadamente a fiabilidade, a capilaridade e a comodidade. Esta proposta visa responder a esta última força motriz, promovendo uma utilização mais cómoda dos transportes públicos. O LIVRE insta a Junta de Freguesia, em articulação com a Câmara Municipal e os operadores de transportes públicos, a garantir que em todas paragens da freguesia existam resguardos, bancos e acessibilidades, assim como horários afixados e atualizados. Para tal, e numa primeira fase, o LIVRE sugere o levantamento do real estado das paragens de autocarro na Freguesia, de forma a guiar e planejar futuras intervenções.

Esta proposta foi apresentada em sede de direito de oposição ao executivo em 2025. Apesar de acolhida pelo Senhor Presidente, a verdade é que desde então nada foi feito.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia aprovou, ontem (29 de abril 2026), por unanimidade uma proposta do LIVRE no sentido de se identificarem as estações sem condições de dignidade mínima, bem como de serem tomadas medidas no sentido da sua resolução.

Assim, e renovando a proposta que o LIVRE fez em 2025, a presente moção insta o Executivo a tomar diligências proativas no sentido de identificar as paragens nestas condições em Mafamude e, posteriormente, promover a sua resolução pela Câmara Municipal e a UNIR.



Junta de Freguesia de Mafamude

MOÇÃO

Contratação pública com critérios ambientais

A contratação pública é uma realidade diária do poder público, sendo uma ferramenta imposta pela lei com o objetivo de garantir procedimentos claros, rastreáveis e sempre de acordo com o interesse público.

Sucedem, porém, que a contratação pública é, ainda hoje, excessivamente complexa e, não raras vezes, demorada.

Durante muitos anos, o preço foi o único critério de adjudicação seguido pelas entidades públicas, pois assim dispunha a lei. Na maior parte das entidades, continua a ser. Porém, não tem que ser.

O Código dos Contratos Públicos permite, atualmente, ter em consideração outros elementos, além do preço, na avaliação das propostas. Hoje, é possível ter em consideração critérios ambientais na ponderação e classificação das propostas.

Sendo uma das maiores juntas de freguesia do país, Mafamude não pode continuar, em 2026, a contratar com os procedimentos que usava em 2008. A Junta de Freguesia tem uma responsabilidade ambiental, e tem na sua contratação uma oportunidade de agir.

Não se pede orçamento. Não se pede investimento. Basta, apenas, que o Executivo decida que, de ora em diante, passará a incluir, também, critérios ambientais nos seus procedimentos de contratação.

O planeta e o país precisam de maior responsabilidade ambiental e a junta de Freguesia de Mafamude pode dar o seu contributo, sem dúvida pequeno porém impactante, para este desígnio.

Assembleia Freguesia de Mafamude

PAOD**Moção****Nos 50 anos da Constituição, defender os serviços públicos: o SNS**

A Constituição da República Portuguesa, expressão jurídica do projeto libertador da Revolução do 25 de Abril, celebra os seus 50 anos e consagra Portugal como um Estado de Direito democrático, baseado na dignidade da pessoa humana, estabelecendo um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, bem como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais.

A Constituição da República Portuguesa estabelece ainda que *"Todos têm direito à protecção da saúde", "através de um serviço nacional de saúde universal e geral"*.

Para fazer cumprir este direito, foi criado há 47 anos o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o fito de assegurar cuidados de saúde a todos, independentemente da sua condição económica.

Mas, para que tal aconteça é necessário e fundamental:

- valorizar os seus profissionais, aumentar a capacidade de resposta dos serviços e organizar melhor o seu funcionamento e com isso responder melhor às populações;
- parar de promover o seu subfinanciamento crónico, o encerramento de serviços públicos, a transferência de verbas para o setor privado, a degradação das condições de trabalho e a transformação da saúde num negócio.

Na nossa Freguesia, o SASU de Soares dos Reis foi encerrado com promessas de reabertura que, até hoje – e ao contrário da palavra dada – não se cumpriram.

Este serviço garantia cuidados de saúde básicos em horário pós-laboral e fins-de-semana e o seu encerramento deixou milhares de utentes da nossa freguesia mais desprotegidos e com a necessidade de se deslocarem para mais longe para terem acesso ao seu direito constitucional da Saúde.

Celebrar os 50 anos da Constituição e o 25 de Abril exige, por isso, uma posição clara: não à destruição do SNS; sim ao cumprimento integral da Constituição e à defesa das conquistas de Abril.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Mafamude delibera:

1. Saudar os 52 anos da Revolução de Abril, os 50 anos da Constituição e os 47 anos do Serviço Nacional de Saúde, comprometendo-se a combater todas as tentativas de revisão constitucional que ponham em causa, na nossa freguesia, o SNS universal e gratuito e os direitos laborais dos seus trabalhadores.

**Assembleia Freguesia de Mafamude**

2. Repudiar qualquer encerramento de serviços públicos de saúde na nossa freguesia, bem como a transferência de recursos públicos para hospitais e unidades privadas.
3. Solicitar à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia que exija do Governo da República o cumprimento integral da Constituição, nomeadamente no que respeita ao direito à saúde, através do adequado financiamento do SNS, da valorização dos seus profissionais e da inversão do processo de privatização e desinvestimento.
4. Solicitar à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia que exija do Governo da República o reforço urgente dos meios materiais e humanos do SNS e a reabertura do SASU de Soares dos Reis no Concelho de Vila Nova de Gaia.

2026.04.30

Pe'l'ACDU,


(José Alberto Costa)



MAFAMUDE

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL DE OLIVEIRA
REBELO**

Foi com profundo pesar que tomamos conhecimento do falecimento, ocorrido no passado dia 09 de fevereiro de 2026, de um ilustre cidadão e dedicado militante do CDS-PP, que partiu precocemente aos 63 anos de idade, vítima de morte súbita.

O percurso do homenageado confunde-se com a história recente desta freguesia, onde serviu com brio e espírito de missão. Destaca-se, de forma indelével, o seu papel como ex-autarca da freguesia de Mafamude, tendo exercido as funções de membro da Assembleia de Freguesia durante o mandato de 2009-2013.

Ao longo do seu mandato, pautou a sua intervenção pela defesa intransigente dos interesses dos mafamudenses, demonstrando uma elevada retidão de carácter e um profundo sentido de serviço público. A sua dedicação às causas locais e a forma cordial como sempre debateu as ideias políticas deixam uma marca de respeito entre os seus pares, independentemente de cores partidárias.

António Rebelo merece ser homenageado e lembrado, pelo que neste momento, a Assembleia de Freguesia de Mafamude, reunida em Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026, manifesta o seu pesar pela sua morte e endereça as sentidas condolências à família, aos amigos e a toda a comunidade de Mafamude que com ele teve a oportunidade de privar.

Francisco Bom Pereira

(CDS – Partido Popular)



Senhor Presidente da Assembleia do Freguesia,

Senhor Presidente da Junta,

Senhoras e Senhores Deputados,

Caros cidadãos de Mafamude,

Moção / Proposta para projeto e elaboração de um percurso pedonal na Freguesia de Mafamude

Os membros do partido CHEGA desta Assembleia, no uso de suas atribuições, vêm por este meio propor a presente moção:

Considerando a importância da preservação, da valorização e da promoção dos espaços públicos e do património de Mafamude;

Considerando que o Turismo, a Comunidade e o Pequeno Comércio da Freguesia sairão beneficiados;

Considerando que o projeto tem implícita uma recuperação gradual e a valorização patrimonial dos espaços, vias e monumentos, considerados de interesse público;

Considerando que pode até vir a constituir um reforço positivo no que respeita a financiamentos a obter junto do atual Executivo Municipal, em benefício da cidade, do turismo e dos cidadãos;

Propomos que seja projetado e elaborado um percurso pedonal - com possibilidade de ser também acessível a bicicletas, à semelhança do que já acontece noutras freguesias como Madalena e Vilar do Paraíso - o qual dê a conhecer o valor patrimonial e espaços públicos de interesse.

Na medida em que o Turismo tornou-se, nas últimas décadas, um importante fator de crescimento do PIB, torna-se essencial que o executivo da Freguesia de Mafamude saiba estar aberto ao futuro, às possibilidades de investimento e que saiba aproveitar as oportunidades de financiamento que o presente lhe possa proporcionar para recuperar, reabilitar, valorizar e promover o seu património.

Este projeto beneficiará não apenas o Turismo mas essencialmente a comunidade e o pequeno comércio locais, não apenas pela sua reabilitação e melhoramento mas pelo aumento de afluxo de pessoas a muitas vias e espaços que foram ficando esquecidos no tempo e até desprezados e descuidados, alguns dos quais foram até sendo ocupados e utilizados hoje para atividades ilícitas ou menos desejáveis.

Acima de tudo, é um projeto que não beneficiará apenas Mafamude mas todo o Município de Gaia e que poderá até envolver parcerias com freguesias vizinhas, e que o tornará certamente atrativo a aprovação e patrocínio por parte do próprio Executivo Municipal.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação e aprovação da presente moção.

Local e data: Mafamude, 30 Abril 2026

Assinatura(s)

Nelson Guilhermino Aires
Alicia Maria Vilas



Reabilitação sintético escola Joaquim Nicolau de almeida (Mafamude)

Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,

Senhor Presidente da Junta,

Senhoras e Senhores Deputados,

Caros cidadãos de Mafamude,

O Grupo Parlamentar da Assembleia Freguesia de Mafamude do Partido Chega, após reunião efetuada com Sr. Diretor de agrupamento de escolas de Soares dos Reis, vem, por este meio, apresentar uma moção no que concerne à Escola Joaquim Nicolau de Almeida, expor e manifestar a sua profunda preocupação relativamente às condições atualmente existentes para a prática de atividade física no referido estabelecimento de ensino.

Constata-se que os estudantes não dispõem de infraestruturas adequadas que permitam a realização de exercício físico em condições dignas e seguras, situação que compromete não só o desenvolvimento físico e o bem-estar dos mesmos, mas também a promoção de hábitos de vida saudáveis no contexto escolar.

Neste sentido, vem-se solicitar ao executivo desta Freguesia que exerça a sua magistratura de influência às demais entidades competentes, com carácter de urgência, efetivando a requalificação ou instalação de um campo com piso sintético, devidamente equipado, que assegure condições apropriadas para a prática desportiva.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, bem como na promoção de um ambiente

escolar mais inclusivo, saudável e propício ao desenvolvimento integral dos jovens.

Face ao exposto, sendo esta moção aprovada solicita-se que a mesma seja enviada à melhor atenção e diligência por parte das entidades responsáveis camarárias para a resolução desta situação.

Muito obrigado.

Local e data: Mafamude, 30 de Abril de 2026

Assinatura(s):

Alexandre Guilherme T. Aires
Alexandre Miguel Ribeiro



Discurso – Programa de Apoio ao Medicamento (Mafamude)

Senhor Presidente da Assembleia da Freguesia,

Senhor Presidente da Junta,

Senhoras e Senhores Deputados,

Caros cidadãos de Mafamude,

Hoje o grupo parlamentar do Partido Chega em Mafamude traz a esta Assembleia uma proposta que toca diretamente a vida das pessoas. Uma proposta simples, mas profundamente justa: garantir que ninguém na nossa freguesia tem de escolher entre comprar medicamentos ou pagar contas essenciais.

Porque essa é, infelizmente, uma realidade.

Uma realidade que afeta muitos dos nossos idosos, pensionistas, famílias com rendimentos limitados e cidadãos com doenças crónicas.

Sabemos que o Serviço Nacional de Saúde desempenha um papel fundamental, mas também sabemos que nem sempre é suficiente para responder a todas as necessidades. E é precisamente aí que o poder local deve intervir: próximo das pessoas, atento às suas dificuldades e capaz de agir com rapidez e humanidade.

É esse o espírito desta proposta.

Propomos a criação de um Programa de Apoio ao Medicamento na Freguesia de Mafamude, articulado com farmácias localizadas na nossa área geográfica, com um apoio até 100 euros anuais por utente, a pensar nos mais pobres e desprotegidos, cuja qualidade de vida depende da necessidade quase generalizada da utilização de medicamentos, com o objetivo de compartilhar o custo dos medicamentos prescritos, aliviando o esforço financeiro de quem mais precisa.

Esta medida não é apenas um apoio económico.

É uma medida de saúde pública.

É uma medida de dignidade social.

E é, acima de tudo, uma afirmação clara de que ninguém fica para trás na nossa comunidade.

Estamos a falar de permitir que um idoso continue o seu tratamento.

De evitar o agravamento de doenças por falta de medicação.

De prevenir internamentos que poderiam ser evitados com cuidados básicos assegurados.

Mas estamos também a falar de responsabilidade.

Este programa deverá ter critérios claros, transparência na atribuição e uma gestão rigorosa dos recursos públicos.

Senhoras e Senhores,

A política faz-se de escolhas.

E hoje temos a oportunidade de fazer uma escolha que honra o papel das autarquias: estar ao lado das pessoas.

Investir na saúde dos nossos cidadãos é investir no futuro da nossa freguesia.

É fortalecer a coesão social.

É construir uma comunidade mais solidária, mais justa e mais humana.

Por isso, apelamos ao voto favorável de todos os membros desta Assembleia para a criação deste programa.

Porque em Mafamude, cuidar das pessoas não pode ser apenas um discurso.

Tem de ser uma ação concreta.

Muito obrigado.

Local e data: Mafamude, 30 de Abril de 2026

Assinaturas

Alcides Almeida
Presidente da Assembleia

Assembleia de Freguesia Mafamude

Declaração de Voto**PAOD - Livre - Moção - Paragens de Autocarro Dignas**

A CDU vota a favor da moção do LIVRE.

Achamos contudo que o Livre perde uma oportunidade de se posicionar e definir relativamente ao que pretende para o transporte público no Concelho.

Ao longo do último mês recolhemos mais de 2500 assinaturas num abaixo-assinado sobre a degradação da Rede UNIR. Os utentes acrescentam ainda: sobrelotação indigna, falta de horários noturnos e fins de semana, horários incumpridos, isolamento do Interior do Concelho.

E dizem mais: não querem um operador privado que ponha os lucros à frente dos direitos. Querem que, em 2030, seja a STCP a assumir o serviço em Gaia.

2026.04.30

Pe'l'A CDU,

(José Alberto Costa)



Assembleia de Freguesia Mafamude

12

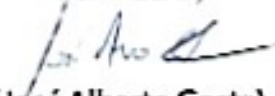
Declaração de Voto**Ponto: 4.1. Apresentação discussão e votação da Proposta do Regimento da
Assembleia de Freguesia de Mafamude**

A CDU irá votar favoravelmente este Regimento, uma vez que nele nada lê que seja contrário à legislação e àquilo que se espera de um documento desta natureza.

Todavia, gostaríamos de notar, relativamente à opção, presente no art.º 29.º, e sobretudo no que concerne ao Período da Ordem do Dia, de fixar uma grelha de tempos fixos para cada força política (ainda que com «base ponderada ao número de eleitos»), que tal fixação promoverá sempre um inevitável entorse ao que deveria ser uma distribuição equitativa pela mesa (e admitindo que, naturalmente, esta nunca poderia ser igualitária) do tempo disponível a distribuir entre as forças políticas, de acordo com os pontos da ordem do dia de cada sessão.

2026.04.30

Pel'A CDU,


(José Alberto Costa)